



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES**  
**Controladoria-Geral do Município**

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A  
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO**

**Emitente:** Unidade Central de Controle Interno do Município de Guaçuí

**Unidade Gestora:** Fundo Municipal de Assistência Social de Guaçuí

**Gestor responsável:** Karla Gonçalves Valentim (Decreto nº 11.886, de 03/05/2021), Ariel Montoni da Silva (Decreto nº 13.535, nomeou-a interinamente no período de 09/09/2024 a 08/10/2024)

**Exercício:** 2024.

**1. RELATÓRIO**

**1.1. Introdução**

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

A seguir apresentamos os pontos de controle selecionados para análise, os procedimentos adotados, seguidos das constatações e proposições sugeridas, emitindo, ao final, nosso parecer conclusivo.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES**  
**Controladoria-Geral do Município**

**PONTO DE CONTROLE 1.2.2 - Pagamento das obrigações previdenciárias- Patronal.**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
1.2.2	Pagamento das obrigações previdenciárias- Patronal.	1984/2025	CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9.717/1998, art. 1º. Lei 8.212/1991 Lei Local Regime de competência.	Verificar se houve o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da entidade, referentes às alíquotas normais e suplementares.	Relatório Contábil – Pagamento / Banco	Todos os recolhimentos realizados no exercício referente contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais da UG Fundo Municipal de Assistência Social de Guaçuí.

**Ponto de Controle:**

No dia 28/02/2025, a equipe do Controle Interno iniciou a verificação do ponto de controle 1.2.2, conforme estabelecido na Tabela Referencial da IN 68/2020, processo nº 1984/2025. Durante esta análise, foi avaliado que na competência de dezembro não foi efetuado o pagamento ao RGPS (Regime Geral de Previdência Social) a contribuição previdenciária decorrente de encargos patronais da entidade.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES**  
**Controladoria-Geral do Município**

<b>Competência</b>	<b>Órgão</b>	<b>Data do Pagamento</b>
Jan/2024	RPPS	19/02/2024
Jan/2024	RGPS	19/02/2024
Fev/2024	RPPS	15/03/2024
Fev/2024	RGPS	15/03/2024
Mar/2024	RPPS	15/04/2024
Mar/2024	RGPS	15/04/2024
Abr/2024	RPPS	20/05/2024
Abr/2024	RGPS	20/05/2024
Mai/2024	RPPS	20/06/2024
Mai/2024	RGPS	20/06/2024
Jun/2024	RPPS	19/07/2024
Jun/2024	RGPS	19/07/2024
Jul/2024	RPPS	20/08/2024
Jul/2024	RGPS	20/08/2024
Ago/2024	RPPS	20/09/2024
Ago/2024	RGPS	20/09/2024
Set/2024	RPPS	18/10/2024
Set/2024	RGPS	18/10/2024
Out/2024	RPPS	19/11/2024
Out/2024	RGPS	19/11/2024
Nov/2024	RPPS	20/12/2024
Nov/2024	RGPS	20/12/2024
Dez/2024	RPPS	20/01/2025
Dez/2024	RGPS	-
13º Salário	RPPS	20/12/2024
13º Salário	RGPS	20/12/2024



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES**  
**Controladoria-Geral do Município**

Após a análise realizada, constatou-se que a UG Fundo Municipal de Assistência Social de Guaçuí não cumpriu com o pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias na competência de dezembro no RGPS.

Isso indica que os prazos estabelecidos não foram respeitados, gerando multas e juros por atraso no pagamento.

Essa constatação é importante para demonstrar a responsabilidade e o comprometimento da gestão da entidade em relação às suas obrigações legais, garantindo o cumprimento das determinações da IN 68/2020.

Cabe ressaltar que a verificação realizada pelo Controle Interno é fundamental para garantir a transparência e a regularidade das atividades da entidade, demonstrando o compromisso com a gestão eficiente dos recursos públicos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES**  
**Controladoria-Geral do Município**

**PONTO DE CONTROLE 1.2.4 - Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte servidor	1984/2025	<ul style="list-style-type: none"><li>• CF/88, art. 40.</li><li>• LRF, art. 69.</li><li>• Lei 9717/1998 art. 1º.</li><li>• Lei 8.212/1991</li><li>• Lei Local</li></ul>	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Relatório Contábil – Pagamento / Banco	Todos os recolhimentos realizados no exercício referente aos 14% da parte dos servidores da UG

**Ponto de Controle:**

No dia 28/02/2025, a equipe do Controle Interno iniciou a verificação do ponto de controle 1.2.4, conforme estabelecido na Tabela Referencial da IN 68/2020, processo nº 1984/2025. Durante este processo, foi fornecida orientação ao responsável sobre a relevância de efetuar o pagamento pontual das contribuições dos servidores municipais tanto ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) quanto ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES**  
**Controladoria-Geral do Município**

<b>Competência</b>	<b>Órgão</b>	<b>Data do pagamento</b>
Jan/2024	RPPS	19/02/2024
Jan/2024	RGPS	19/02/2024
Fev/2024	RPPS	15/03/2024
Fev/2024	RGPS	15/03/2024
Mar/2024	RPPS	15/04/2024
Mar/2024	RGPS	15/04/2024
Abr/2024	RPPS	20/05/2024
Abr/2024	RGPS	20/05/2024
Mai/2024	RPPS	20/06/2024
Mai/2024	RGPS	20/06/2024
Jun/2024	RPPS	19/07/2024
Jun/2024	RGPS	19/07/2024
Jul/2024	RPPS	20/08/2024
Jul/2024	RGPS	20/08/2024
Ago/2024	RPPS	20/09/2024
Ago/2024	RGPS	20/09/2024
Set/2024	RPPS	18/10/2024
Set/2024	RGPS	18/10/2024
Out/2024	RPPS	19/11/2024
Out/2024	RGPS	19/11/2024
Nov/2024	RPPS	20/12/2024
Nov/2024	RGPS	20/12/2024
Dez/2024	RPPS	20/01/2025
Dez/2024	RGPS	-
13º Salário	RPPS	20/12/2024
13º Salário	RGPS	20/12/2024



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES**  
**Controladoria-Geral do Município**

Adicionalmente, durante a análise das retenções referentes à parte do servidor, observamos que a Unidade Gestora (UG) - Fundo Municipal de Assistência Social realizou as retenções necessárias, porém não efetuou todos os repasses de forma pontual ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), na competência de dezembro.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES**  
**Controladoria-Geral do Município**

**PONTO DE CONTROLE 1.3.1** - Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.

Código	Objeto/Ponto de controle	Processos Administrativos analisados	Base legal	Procedimento	Universo do Ponto de Controle	Amostra Selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.	1309/2025	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96, NBC TSP 4, 7 a 10, IN TC 36, Anexo único, item 7,8,9, 15, 16 e 18	Verificar se foi levantado o inventário anual dos bens em estoque, móveis, imóveis e se os registros patrimoniais foram evidenciados no Balanço Patrimonial, bem como se foram evidenciados os registros patrimoniais das variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	BALPAT e INVMOV: R\$ 2.264.838,52 BALPAT e INVIMO: R\$ 4.013.148,91  A soma da Classe “Estoques” pertencentes ao “Ativo Circulante” e ao “Ativo Não Circulante” constante no BALPAT é <u>idêntico</u> ao saldo total dos “valores atualizados” apresentados no arquivo INVALM, ou seja, R\$ 55,00.	04/31

**Ponto de Controle:**

Após uma minuciosa análise dos arquivos relacionados ao ponto de controle 1.3.1, a equipe de Controle Interno conclui que as demonstrações contábeis refletem de forma precisa e integral os valores dos bens em estoque, móveis e imóveis, em total concordância com os inventários anuais realizados. Assim, após verificação, constatou-se que o registro da depreciação e/ou exaustão dos bens móveis e imóveis está em conformidade.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES**  
**Controladoria-Geral do Município**

**PONTO DE CONTROLE 1.3.3 - Disponibilidades financeiras depósito e aplicação.**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Seleccionada</b>
1.3.3	Disponibilidades financeiras depósito e aplicação	1309/2025	LC 101/2000, art. 43 c/c §3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	79 Extratos bancários que integram o EXTBAN.	79 Extratos bancários

**Ponto de controle:**

Após revisão dos documentos referentes ao ponto de controle 1.3.3, a equipe de Controle Interno constata que as demonstrações contábeis apresentam a totalidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras de instituições financeiras oficiais, sendo elas Banco do Brasil e Banestes, não havendo divergências nos saldos confrontados.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES**  
**Controladoria-Geral do Município**

**PONTO DE CONTROLE 1.3.4 - Disponibilidades financeiras depósito e aplicação.**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
1.3.4	Disponibilidades financeiras - depósito e aplicação	1309/2025	Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Confrontar os valores registrados nas contas correntes e aplicações financeiras com os extratos bancários no final do exercício.	Foram analisados os arquivos BALFIN, BALVER e TVDISP e então confrontados com o arquivo EXTBAN. Após análise, não foram encontradas divergências.	03/31 e 79 Extratos bancários

**Ponto de controle:**

Após análise dos arquivos mencionados no ponto de controle 1.3.4, a equipe de Controle Interno constatou que as demonstrações contábeis não apresentam a totalidade dos valores depositados em contas correntes e aplicações financeiras, de instituições financeiras oficiais. Os saldos contábeis e bancários confrontados mostraram divergências, conforme detalhado no item 1.2 dos achados e proposições.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES**  
**Controladoria-Geral do Município**

**PONTO DE CONTROLE 1.5.1** - Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE.

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
1.5.1	Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE.	1309/2025	IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Avaliar de os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Foram analisados os trinta e um arquivos enviados pela Unidade Gestora e todos se encontram em conformidade com o que estabelece a IN 68/2020 e suas alterações, com exceção do RELACI, RELUCI E INFOCI que são de competência do Controle Interno.	31/31

**Ponto de Controle:**

Em 11/02/2025, a equipe do Controle Interno iniciou a verificação do ponto de controle 1.5.1, conforme Tabela Referencial da IN 68/2020. Durante essa análise, foram examinados os documentos integrantes da PCA, os quais se encontram em conformidade com os requisitos estabelecidos no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa da prestação de contas.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES**  
**Controladoria-Geral do Município**

**PONTO DE CONTROLE 2.5.10 - Parcelamento de débitos previdenciários- Autorização Legal.**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
2.5.10	Parcelamento de débitos previdenciários - Autorização Legal	1309/2025	CRFB/88, art. 40; LRF, art. 69; Lei 9.717/1998, art. 1º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 14 a 17.	Verificar se os acordos de parcelamentos tiveram autorização legislativa por se tratar de dívida fundada	Salienta-se que não houve parcelamento na Unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência Social.	01/01

**Ponto de Controle:**

Em 10/03/2025, a equipe do Controle Interno iniciou a verificação do ponto de controle 2.5.10, conforme a Tabela Referencial da IN 68/2020. Destaca-se que, durante essa análise, foi constatado que não houve parcelamento na Unidade Gestora Fundo Municipal de Assistência Social de Guaçuí.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES**  
**Controladoria-Geral do Município**

**PONTO DE CONTROLE 2.5.26 - Censo Atuarial.**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto de controle</b>	<b>Processos Administrativos analisados</b>	<b>Base legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo do Ponto de Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
2.5.26	Censo Atuarial	1309/2025	Lei 10.887/2004, art. 3º; Portaria MTP 1.467/2022, art. 47.	Verificar se o ente realiza censo atuarial de todos servidores ativos, aposentados e pensionistas, com a atualização de todos os dados cadastrais necessários para manutenção de base de dados adequada.	Servidores ativos e inativos. Decreto 11.024/2019 Portaria 5.727/2019	Estudo atuarial realizado pela empresa RPREV que comprova o censo atuarial de todos os servidores ativos e inativos.

**Ponto de Controle:**

Em 11/02/2025, a equipe do Controle Interno deu início à verificação do ponto de controle 2.5.26, conforme estabelecido na Tabela Referencial da IN 68/2020. Durante o processo de análise, foi constatado que o estudo atuarial realizado pela empresa PREV serve como uma evidência robusta da execução do censo atuarial, abrangendo tanto os servidores ativos quanto os inativos. Esta avaliação ampla é de extrema importância para garantir a atualização e a precisão dos dados cadastrais de todos os participantes do regime previdenciário.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES**  
**Controladoria-Geral do Município**

**PONTO DE CONTROLE 2.6.3 - Pessoal contratação por tempo determinado.**

<b>Código</b>	<b>Objeto/Ponto De Controle</b>	<b>Processos Administrativos Analisados</b>	<b>Base Legal</b>	<b>Procedimento</b>	<b>Universo Do Ponto De Controle</b>	<b>Amostra Selecionada</b>
2.6.3	Pessoal contratação por tempo determinado	Portal Transparência	CRFB/88, art. 37, inciso IX	Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observou que as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.	Contratações temporárias efetuadas pela autarquia.	Termo de homologação 001/2021 001/2022 001/2024

**Ponto de Controle:**

Em 10/03/2025 deu-se início pela equipe do Controle Interno a verificação do ponto de controle 2.6.3, conforme Tabela Referencial da IN 68/2020 onde analisou-se o cumprimento da legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.

A equipe de Controle Interno analisou que as contratações temporárias estão em conformidade com as Leis Municipais nº 2.443/1997 e alterações, 4.190/2017, 4.192/2017, 4.193/2017, 4.194/2017, 4.195/2017 e 4.196/2017; e nº 3.931/2013, em 10/03/2025. Conforme publicação no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Guaçuí, os processos se encontram dentro do prazo de validade:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES**  
**Controladoria-Geral do Município**

<b>Processo Seletivo</b>	<b>Data Homologação</b>	<b>Validade</b>	<b>Situação de Validade</b>	<b>Data da Consulta</b>	<b>UG</b>
001/2021	17/01/2022	2026	VÁLIDO	11/02/2025	F. M. A. S
001/2022	13/12/2022	2026	VÁLIDO	11/02/2025	F. M. A. S
001/2024	15/03/2024	2025	VÁLIDO	11/02/2025	F. M. A. S

- Processo Seletivo 001/2021 prorrogado pelo período de 17/01/2024 a 16/01/2026 pelo Edital de Prorrogação Nº 001/2024- SMASDHTR.
- Processo Seletivo 001/2022 prorrogado pelo período de 17/01/2024 a 16/01/2026 pelo Edital de Prorrogação Nº 002/2024- SMASDHTR.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES**  
**Controladoria-Geral do Município**

**1.2. Constatações e proposições.**

<b>Código</b>	<b>Achados</b>	<b>Proposições/Alertas</b>	<b>Situação</b>
<b>1.2.2</b>	Durante a análise, foi avaliado que na competência de dezembro não foi efetuado o pagamento ao RGPS (Regime Geral de Previdência Social) a contribuição previdenciária decorrente de encargos patronais da entidade, gerando multas e juros por atraso no pagamento.	Assim, o Controle Interno emitirá uma recomendação ao Setor de Contabilidade da UG orientando o responsável acerca da importância do pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos patronais ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).	Pendente
<b>1.2.4</b>	Durante a análise, foi avaliado que na competência de dezembro não foi efetuado o pagamento ao RGPS (Regime Geral de Previdência Social) a contribuição previdenciária decorrente de encargos parte servidor da entidade, gerando multas e juros por atraso no pagamento.	Assim, o Controle Interno emitirá uma recomendação ao Setor de Contabilidade da UG orientando o responsável acerca da importância do pagamento tempestivo das contribuições previdenciárias decorrentes dos encargos parte servidor ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).	Pendente
<b>1.3.4</b>	O saldo contábil identificado no TVDISP, BALVER e BALFIN são idênticos, no entanto, o saldo em espécie observado no EXTBAN é divergente daquele inerente ao “saldo do extrato” do TVDISP. Contudo as diferenças vêm descritas no próprio relatório TVDISP.	Assim, o Controle Interno emitirá uma recomendação ao Setor de Contabilidade da UG para que as diferenças sejam corrigidas de acordo com as normas contábeis. Além disso, recomenda-se que a UG se empenhe para garantir que os saldos contábeis e bancários das disponibilidades	Pendente





**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES**  
**Controladoria-Geral do Município**

		financeiras estejam alinhados no envio da próxima PCA.	
--	--	---	--



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ-ES**  
**Controladoria-Geral do Município**

**PARECER DO CONTROLE INTERNO**

Examinamos cuidadosamente a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade da **Sra. Karla Gonçalves Valentim e Sr. Ariel Montoni da Silva**, gestores da UG Fundo Municipal de Assistência Social de Guaçuí, referente ao exercício de 2024.

Após uma análise minuciosa dos objetos e pontos de controle detalhados nos itens 1 e 2 deste parecer, observamos que nos itens 1.2.2 e 1.2.4 onde se trata dos Pagamento das obrigações previdenciárias Patronal e Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias parte Servidor, não foram efetuados os pagamentos da competência de dezembro de 2024 ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), gerando multas e juros no pagamento.

Observasse também que no item 1.3.4 o saldo contábil identificado no TVDISP, BALVER e BALFIN são idênticos, no entanto, o saldo em espécie observado no EXTBAN é divergente daquele inerente ao “saldo do extrato” do TVDISP. Contudo as diferenças vêm descritas no próprio relatório TVDISP, concluímos que a referida prestação de contas está regular com ressalvas.

Adicionalmente, salientamos que os procedimentos e registros examinados demonstram o comprometimento e a responsabilidade da gestora e sua equipe em relação à administração dos recursos previdenciários.

Dessa forma, é nossa avaliação que a gestão realizada durante o período em análise atende aos requisitos legais e às boas práticas de gestão previdenciária.

Guaçuí-ES, 25 de março de 2025.

**Karen Andrade Suhett Santos Nunes**  
Superintendente de Controle Interno CRC 02416/0-9  
*Decreto nº.13.885/2025*

**Eduardo Gripp Jabôr**  
Controlador-Geral Interino do Município  
*Decreto nº 13.984/2025*